

A. I. N° - 297895.0779/03-7
AUTUADO - BAHIA PET LTDA.
AUTUANTE - CÉSAR PITANGUEIRAS FURQUIM DE ALMEIDA
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 28.11.2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0461-04/03

EMENTA: ICMS. ZONA FRANCA. DESTINATÁRIO COM CADASTRAMENTO NA SUFRAMA VENCIDO. OPERAÇÃO TRIBUTADA DECLARADA COMO NÃO TRIBUTADA. O destinatário das mercadorias regularizou a sua situação cadastral junto à SUFRAMA dentro do prazo previsto no Convênio ICMS N° 36/97. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/08/03, exige ICMS, no valor de R\$ 10.891,10, em virtude de “Operação tributada como não tributada. Bahia Pet Ltda. utilizou a isenção para empresa situada na Zona Franca de Manaus, porém, a destinatária está com seu cadastramento vencido na SUFRAMA, conf. doc. anexo, hipótese em que a isenção não é aplicável”.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fls. 38 a 46) e, inicialmente, explicou que vendeu para a Santa Cláudia Bebidas e Concentrados da Amazônia Ltda. as mercadorias consignadas na Nota Fiscal n° 5.261 (fl. 48) e no CTCR n° 84.788 (fl. 49). Diz que a operação não foi tributada pelo ICMS e nem pelo IPI, em consonância com os artigos 29 (do RICMS-BA/97) e 2º e 3º (do Decreto n° 3940/2001). Assevera que não conseguiu conferir a situação cadastral do adquirente das mercadorias no endereço eletrônico da SUFRAMA, contudo o SINTEGRA comprovava que o cliente estava ativo. Assim, certo de que o destinatário estava em situação regular, emitiu a nota fiscal em cinco vias, levando-as para serem visadas pela repartição fiscal deste Estado, como exige o art. 597 do RICMS-BA/97. Conforme consta no verso do documento de fl. 48, o servidor fiscal da INFAZ Simões Filho, após consultar o sistema de controle fiscal do Estado, verificou que não havia impedimento à realização da operação em tela. Salienta que, como a declaração formal do fisco goza de fé pública, passou a ter certeza que estava realizando uma operação regular. Em 27/08/03, as mercadorias saíram com destino a Manaus, sendo apreendidas naquele mesmo dia e, dois dias depois, o Auto de Infração foi lavrado.

Alega que o adquirente das mercadorias estava com o cadastro suspenso na SUFRAMA, em razão de força maior, a qual não tinha relação com o ICMS. Esclarece que o seu cliente estava impossibilitado de obter certidões junto à Receita Federal e ao INSS, em virtude de greve realizada por servidores daqueles órgãos. Quando a greve acabou, as certidões foram obtidas (fls. 50 e 51) e, em 04/09/03, a SUFRAMA liberou a Certidão de Regularidade Cadastral – CRC (fl. 52). Transcreve o verbete “força maior”, segundo o Dicionário Técnico Jurídico de Deocleciano Torrieri Guimarães.

Ressalta que o Capítulo V do Convênio ICMS 36/97, que trata do Procedimento Fiscal nas Unidades Federadas de Origem, não possui nenhum dispositivo determinando que o fisco da unidade de origem deva desconsiderar a isenção concedida por lei e exigir ICMS, por meio de Auto de Infração, quando o adquirente localizado na Zona Franca estiver com o cadastro vencido.

Após transcrever as Cláusulas oitava e nona do Convênio ICMS 36/97, o autuado assevera que: a) A vistoria da mercadoria será realizada com a apresentação da 1ª, 3ª e 5ª vias da nota fiscal e do CTCR, e que no ato da vistoria a SUFRAMA e a SEFAZ/AM reterão, respectivamente, a 5ª e a 3ª vias da nota fiscal e do CTCR para fins de processamento eletrônico desses documentos e ulterior formalização do processo de internamento. b) As vistorias realizadas separadamente pela SUFRAMA e pela SEFAZ/AM serão informadas ao outro órgão com repasse dos dados indicados na cláusula quinta. c) A empresa Santa Cláudia tinha o prazo de trinta dias para solucionar a pendência do inciso II da Cláusula nona, cabendo à SEFAZ/AM exigir a regularização do cadastro da empresa destinatária das mercadorias.

Prosseguindo em sua defesa, transcreve parcialmente os artigos 29, 597 e 219, do RICMS-BA/97, e, em seguida, diz que cumpriu todas as formalidades regulamentares e, portanto, o Auto de Infração carece de fundamentação legal. Alega que a multa indicada na autuação está equivocada, pois o inciso II do artigo 42 da Lei nº 7014/96 não possui a alínea “i”. Às fls. 53 a 56, anexou documentos e, ao final, solicitou a improcedência do Auto de Infração.

Na informação fiscal, fl. 60, o autuante ratifica a imputação feita ao autuado e diz que a defesa, além de não apresentar fato novo, reconhece que o destinatário das mercadorias estava realmente em situação irregular perante a SUFRAMA.

Afirma que o visto da repartição fazendária na nota fiscal não regulariza a operação que era irregular, que desconhecia a greve ocorrida nos órgãos federais no mês de junho de 2003, que a irregularidade no cadastro vencido decorreu de problemas da Santa Cláudia Bebidas e Concentrados da Amazônia Ltda., não cabendo à SEFAZ-BA saber qual o motivo da irregularidade, e que a situação cadastral do adquirente das mercadorias só foi resolvido após o lavratura do Termo de Apreensão e Ocorrência.

Explica que, como já tinha notícia de autuação anterior sobre a mesma irregularidade (fl. 10), consultou “a Sra. Eliete Teles de Jesus Souza, e seu entendimento também naquela ocasião junto ao Sr. Ivan da Geinc foi: A isenção não é aplicável nesse caso. Vale salientar que a autuação foi de uma grande empresa do Estado, que prontamente reconheceu a irregularidade e quitou todos os seis Autos de Infração.” Diz que a multa de 60%, indicada na autuação, está prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7014/96. Ao final, solicita a procedência do Auto de Infração.

Na sessão de julgamento, o patrono do autuado solicitou a juntada aos autos dos documentos de fls. 63 e 64, os quais foram conhecidos e acostados ao processo.

VOTO

As operações de saídas de produtos industrializados de origem nacional destinados à comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus gozam da isenção prevista no art. 29 do RICMS-BA/97. Essa isenção é um benefício fiscal condicionado que, dentre outros requisitos, exige a comprovação da efetiva entrada dos produtos no estabelecimento destinatário. Uma vez não cumpridas as condições necessárias para a fruição do benefício, o imposto será considerado devido no momento em que houver ocorrido a operação sob condição.

Ao analisar as peças e comprovações que integram o processo, constato que o transportador transitou pelo Posto Fiscal Ângelo Calmon de Sá (Feira de Santana) com mercadorias destinadas a Zona Franca de Manaus, estando o destinatário com o cadastramento cancelado perante a SUFRAMA (fl. 9). Entendo que, naquele momento e na fiscalização do trânsito de mercadorias, o autuante, no estrito cumprimento de seu dever, agiu corretamente ao efetuar o presente lançamento, pois o destinatário das mercadorias estava com o cadastramento cancelado perante a SUFRAMA desde 12/06/03 e, portanto, não havia como comprovar o internamento das mercadorias

na Zona Franca de Manaus, já que a cláusula nona, inciso II, do Convênio ICMS Nº 36/97, previa que “Não será formalizado o internamento de mercadoria [...] quando a inscrição do destinatário perante a SUFRAMA contiver alguma irregularidade formal [...]”.

Todavia, na defesa interposta, o autuado comprovou que a situação cadastral do destinatário das mercadorias perante a SUFRAMA foi regularizada, tendo o destinatário obtido em 04/09/03 a Certidão de Regularidade Cadastral (fl. 52), dentro do prazo de trinta dias previsto no parágrafo único da cláusula oitava do Convênio ICMS nº 36/97, o qual reza que:

Cláusula oitava – A formalização do internamento consiste na análise, conferência e atendimento dos requisitos legais referentes aos documentos fiscais retidos por ocasião da vistoria, nos termos do § 1º da cláusula quarta, por meio dos quais foram acobertadas as remessas de mercadorias para as áreas incentivadas.

Parágrafo único – Decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados do ingresso da mercadoria, devidamente informado nos termos do § 1º da cláusula terceira, sem que o destinatário tenha sanado as pendências que impeçam a conclusão do processo de internamento junto a SUFRAMA, previsto nesta cláusula, a SEFAZ/AM iniciará procedimento fiscal mediante notificação exigindo alternativamente, no prazo de 30 (trinta) dias, a apresentação:

I – da comprovação da resolução das pendências previstas na cláusula nona, que impeçam a formalização do internamento:

II – da comprovação do recolhimento do imposto devido ao Estado do Amazonas e, se for o caso, dos acréscimos legais.

Em face do exposto acima, entendo que a infração imputada ao autuado não mais subsiste, pois a irregularidade foi sanada tempestivamente.

Quanto à consulta (fl. 10) e ao Auto de Infração nº 279466.0602/02-8 (fl. 11 e 12), citados pelo autuante, entendo, com o devido respeito, que não servem de paradigma para a presente questão, pois, no caso em lide, restou comprovado que o destinatário das mercadorias regularizou a sua situação cadastral junto a SUFRAMA dentro do prazo legal, mesmo que depois da autuação.

Por fim, ressalto que tomei conhecimento do documento acostado pela defesa, não acolhendo este julgador o pleito defensivo (cancelamento do julgamento).

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **297895.0779/03-7**, lavrado contra **BAHIA PET LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de novembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR